

INTRODUÇÃO AOS TRABALHOS  
DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO C.S.L.  
PELO SECRETÁRIO-GERAL DO P.A.I.G.C.

S. Vicente, 3 de Março de 1979

## PREAMBULO

Camaradas:

É com prazer particular que, na qualidade de Secretário-Geral do nosso glorioso Partido, saúdo o Conselho Superior da Luta, desejando a cada um dos seus membros um trabalho profficuo e uma estadia agradável em S.Vicente.

Não posso, neste momento, deixar de realçar a especial circunstância de o CSL se reunir pela primeira vez em Cabo Verde e de sublinhar aqui a grande satisfação que experimentam os militantes do Mindelo por acolherem, nesta cidade hospitaleira e orgulhosa das suas tradições de luta, o órgão executivo máximo do nosso grande Partido. Queria aproveitar o ensejo para, em nome do CSL, endereçar-lhes as melhores saudações, que se dirigem especialmente a quantos, responsáveis ou militantes, se mobilizaram para criar condições favoráveis ao cumprimento da missão que nos trouxe a esta ilha.

Gostaria igualmente de salientar, com profunda mágoa, o facto doloroso de ser esta a primeira reunião do CSL de que está ausente o nosso querido e saudoso camarada Francisco Mendes, militante da primeira hora, dirigente exemplar do PAIGC e Herói do nosso Povo, cujo prematuro desaparecimento, em Julho do ano passado, de forma brutal e inesperada, constituiu uma perda irreparável para o nosso Partido, que ele tanto amou e serviu com permanente dedicação e elevado espírito de lealdade e sacrifício.

Camaradas:

No decorrer dos poucos anos que se seguiram à libertação total, conheceram os nossos países transformações profundas, alargando-se as perspectivas de realização dos objectivos fixados no Programa do PAIGC. Os progressos que realizámos são de importância tanto maior quanto é certo que, tendo partido de condições particularmente desfavoráveis, próprias da situação de exploração, abandono e guerra que vivemos debaixo do colonialismo português, a nossa marcha não podia deixar de ser extremamente penosa.

Os reflexos sociais de um passado recente de violência, miséria e perversão de valores - tudo isso num quadro dominado por economias distorcidas e em decadência - continuam, é certo, a dificultar a nossa caminhada. Sofremos também os efeitos duma situação internacional particularmente desvantajosa para países como os nossos, atingidos duramente pelas consequências de uma crise económica à dimensão do planeta e da existência de uma ordem mundial injusta e desequilibrada e condensada como tal.

Ao fazermos perante o CSL um breve resumo dos nossos esforços, não podemos também esquecer quanto significou de perspectivas destruídas a continuação da longa seca que, mais uma vez, se abateu sobre Cabo Verde e que, em 1977, atingiu também a Guiné.

Uma análise objectiva da acção que desenvolvemos nestes escassos anos conduzirá à conclusão de que, de forma alguma, tivemos a nossa tarefa facilitada e que, se não conhecemos as perturbações políticas, os dramas sociais, a morte pela fome e as calamidades verificadas noutras experiências, foi devido à correcção da linha e à eficácia da acção do Partido, ao grande esforço dos militantes, à total dedicação dos dirigentes na defesa dos interesses das massas populares e na realização do nosso projecto de uma sociedade de Justiça, Progresso e Paz.

Não nos limitámos, porém, a prevenir males que não deixariam de flagelar as nossas terras caso fosse menos estranhado o amor do militante do PAIGC à Guiné e Cabo Verde e menor o sacrifício pessoal consentido pelos seus dirigentes. Tendo dado já alguns passos importantes para a criação de condições necessárias ao arranque para o desenvolvimento, pusemos ao serviço do nosso povo realizações significativas no domínio social, em particular no terreno da saúde, da educação e da justiça.

O esforço dispendido no plano do desenvolvimento sócio-económico acompanhou-se também de importantes conquistas obtidas pelo povo da Guiné e Cabo Verde no âmbito da estruturação política da Democracia Nacional Revolucionária, através de uma cada vez mais marcada

participação popular na condução dos assuntos públicos e do constante aperfeiçoamento do nosso modelo de Estado.

É evidente que se, como registámos, partimos praticamente do nada, o mérito desta obra não ficará diminuído com o reconhecimento da importância das contribuições que vimos recebendo da comunidade internacional como ajuda alimentar, financeira, técnica e tecnológica. Na verdade, só uma utilização responsável e criteriosa pelos nossos Governos tem feito dessas contribuições factores reais de melhoria das condições de vida das populações, o que tem encorajado os países e organismos doadores a prosseguir e, até mesmo, aumentar a sua participação no nosso esforço de desenvolvimento.

Mercê da coesão, da seriedade e inteligência da sua Direcção e dos nossos Governos, o Partido vem reforçando no plano externo o enorme prestígio que granjeou através da nossa gloriosa luta armada de libertação nacional, ao mesmo tempo que vê alargar-se a sua implantação nas massas populares, penetrando mais fundo nos corações e nas mentes dos homens e das mulheres das nossas terras.

Vamos, portanto, que se tomem crescentes responsabilidades como dirigentes a quem incumbem tarefas difíceis e a desempenhar em condições nem sempre favoráveis, temos hoje uma organização mais forte que, como ontem nas horas duras da luta de libertação, se vem mostrando capaz não só de galvanizar as energias do nosso Povo, mas também de inspirar decisões correctas e adequadas às situações que vamos enfrentando.

O PAIGC, força política dirigente da sociedade e do Estado, na Guiné e em Cabo Verde, razão principal das nossas vitórias, é, pois, a garantia segura da materialização das aspirações populares mais profundas, prefiguradas no seu Programa Maior.

Desenvolver e consolidar o Partido deve ser, assim, tarefa permanente e prioritária. Para isso, a nossa acção deve incidir, em particular, nos planos organizativo, da formação de quadros e da crescente afirmação do exercício efectivo pelo Partido da direcção política da sociedade, em todos os sectores de actividade e a todos os níveis.

É igualmente indispensável uma acção de recrutamento que vise o crescimento regular e harmonioso do Partido pela absorção nas suas fileiras dos melhores trabalhadores e de quantos se identificam com a defesa dos interesses do nosso povo.

Para a realização desse objectivo, o nosso histórico III Congresso traçou as orientações gerais indispensáveis e ajustadas às realidades actuais, cabendo ao CSL, de acordo com os Estatutos vigentes, dar directivas concretas, por forma a atingir-se a aplicação correcta e integral das resoluções do órgão máximo.

Na sua reunião de Março de 1978, o CSL aprovou importantes medidas no plano da organização e do funcionamento do Partido, em particular no âmbito da estruturação dos órgãos nacionais.

Cabe-nos agora prosseguir esse esforço, adoptando directivas adequadas à situação presente.

Para tanto, impõe-se-nos recapitular as importantes decisões tomadas pelo CSL e apreciar, através de um balanço crítico, a sua concretização. Estaremos, assim, na posse de elementos indispensáveis à apreensão de importantes problemas a que hoje temos de fazer face no plano da organização.

## I

Não queremos deixar de lembrar que um dos passos dados, no plano da organização, pelo CSL, em Março do ano passado, foi a designação dos membros dos Conselhos Nacionais, tendo sido, na mesma ocasião, aprovadas algumas directivas importantes para a sua estruturação e funcionamento.

Os Conselhos Nacionais, reunidos em Bissau (17 a 21 de Abril) e na Praia (18 e 19 de Abril), elegeram os respectivos Comités Permanentes e, tendo em atenção as recomendações pertinentes do CSL, estruturaram não só os Secretariados Nacionais mas também os diversos escalões inferiores da organização do Partido.

Cabe aqui salientar a importância da uniformidade das estruturas nacionais adoptadas nos dois países, o que se deveu a um esforço

de coordenação no âmbito supra-nacional.

Os Conselhos Nacionais da Guiné e de Cabo Verde, de acordo com os Estatutos, realizaram uma segunda reunião em 1978, respectivamente de 14 a 16 e de 2 a 6 de Dezembro, tendo-se debruçado sobre questões importantes da vida do Partido e dos Estados.

É claro que, reunindo os Conselhos Nacionais apenas duas vezes por ano, a sua função só pode ser completada por um Comité Permanente que funcione plenamente. As múltiplas e importantes questões, tanto da vida partidária como estatal, inscritas no âmbito das suas atribuições e competências, exigem que o Comité Permanente funcione de modo assíduo e regular, o que é, de resto, condição essencial ao trabalho normal dos órgãos partidários ou estatais que dele devem receber orientações e directivas.

A criação de Secretariados Nacionais nos dois países provou-se como uma medida importante para o avanço do trabalho partidário.

Contudo, muito resta ainda a fazer a fim de que os Secretariados Nacionais possam desempenhar cabalmente as suas funções. Urge, em primeiro lugar, completar o esquema de organização dos Secretariados Nacionais e fazer o esforço necessário para que as suas secções sejam encabeçadas por quadros que, tendo em vista uma maior eficiência, devam ser permanentes.

Nos escalões intermédios (região, sector e secção), tem-se desenvolvido esforços no sentido de completar as estruturas adoptadas pelos Conselhos Nacionais. No entanto, as possibilidades de um rápido avanço são limitadas pela falta de quadros, o que acentua a necessidade de uma atenção particular à sua formação, em especial de nível médio.

Com vista à aplicação integral e correcta dos Estatutos e ao desenvolvimento da democracia interna, que é um dos pilares da nossa organização, prossegue-se a acção tendente a fazer funcionar, nos diversos escalões, os órgãos deliberativos. Tendo sido já efectuadas conferências de secção em algumas regiões de Cabo Verde, assinala-se a realização, na Guiné, de assembleias a vários níveis, preparatórias de

futuras conferências.

Regista-se com satisfação o esforço que acabámos de referir, o que é, de resto, um resultado da preocupação que nos tem orientado no sentido de pôr de pé as estruturas e fazer funcionar plenamente os mecanismos que, nos nossos Estatutos, garantem os princípios do centralismo democrático e da direcção colectiva e a realização de uma verdadeira democracia revolucionária.

Ainda no domínio da organização, interessa abordar o importantíssimo problema do crescimento do Partido.

É por demais evidente que o crescimento contínuo do Partido é condição de enriquecimento das suas fileiras em quantidade e qualidade e, portanto, garantia da sua permanente vitalidade.

O crescimento do Partido não deve deixar-se somente à iniciativa dos eventuais candidatos, antes pressupondo uma acção constante de recrutamento por parte dos organismos de base, dirigida no sentido de strair para as fileiras do Partido os melhores filhos das nossas terras, em particular os empenhados directamente nas actividades produtivas.

A admissão de novos membros deve ser selectiva, obedecendo aos critérios fixados nos Estatutos e às directivas dos órgãos superiores do Partido.

Interessa, entretanto, salientar que toda a acção correcta de crescimento implica o conhecimento exacto do corpo do Partido. Se neste sentido já se vêm dando passos importantes (como o da inscrição e registo dos militantes, em curso na Guiné, e a organização de ficheiros detalhados, em Cabo Verde), é absolutamente indispensável que os responsáveis dêem a máxima atenção a estes problemas, para uma obtenção mais rápida de dados precisos sem os quais não é possível fixarem-se objectivos justos no plano do crescimento do Partido.

Falámos atrás de algumas limitações que dificultam o nosso trabalho e de necessidades prementes que se fazem sentir em matéria de quadros.

Durante o período que estamos a analisar, prosseguiu-se o esforço que se vinha desenvolvendo neste domínio, tendo sido realizados alguns cursos e seminários e continuando em funcionamento, na Guiné, a Escola Nacional. Foram enviados, por outro lado, para preparação no estrangeiro, vários militantes e responsáveis.

Temo-nos preocupado igualmente com a superação cultural dos militantes e quadros.

Neste sentido criaram-se escolas de alfabetização e superação de militantes em diversas ilhas e sectores de Cabo Verde. Uma acção de superação tem sido também levada a cabo em direcção dos quadros profissionais do Partido na Guiné, em colaboração com as FARP. Encontra-se em estudo, na Guiné e em Cabo Verde, a criação de escolas de superação de quadros, profissionais ou não, destinados essencialmente a integrar as estruturas intermédias do Partido.

Todo o esforço que pudermos dispensar neste domínio é pouco. É evidente que, dada a situação geral dos nossos países, o trabalho do Partido quanto a superação não pode ser isolado da acção que cabe ao Estado desenvolver no mesmo campo, particularmente através da criação de estruturas para educação de adultos ou do estímulo a tais iniciativas.

No campo da Informação, sem prejuízo do reconhecimento do esforço que vem sendo feito, torna-se necessário reconhecer que estamos longe de corresponder às exigências do estágio de desenvolvimento do trabalho partidário e das tarefas de reconstrução nacional. E se as perspectivas abertas recentemente com a aquisição de equipamentos de imprensa deixam antever uma próxima melhoria das actividades neste sector, a situação actual da Informação do Partido só poderá ser ultra-passada através da afectação dos quadros necessários ao referido departamento, o que, nas nossas condições específicas, exige um plano realista e perseverante de formação, em cuja concretização nos devemos empenhar.

Cumpre-nos fazer uma breve referência ao funcionamento do Partido no plano supra-nacional.



Podemos regozijar-nos com a constatação do funcionamento regular tanto do CEL como da Comissão Permanente, o que representou um esforço importante, recompensado por uma melhoria notória do nosso trabalho e por uma mais efectiva participação dos dirigentes do Partido na vida dos dois Estados.

No sua última sessão - de Março de 1978 -, decidiu o CSL relegar para consideração ulterior a questão da criação de um Secretariado com vários departamentos dirigidos por Secretários.

Não pode o CSL deixar de analisar a experiência vivida durante o ano que decorreu desde a referida reunião.

Ao confiarmos a um único elemento -- o Secretário Executivo do CEL -- tarefas normalmente atribuídas a um colectivo, tínhamos já a consciência clara de que não era possível que elas fossem realizadas plenamente.

Não obstante ter-se obtido, através dessa experiência, resultados positivos para as circunstâncias, em particular na coordenação supra-nacional da actividade partidária, forçoso é verificar que o próprio desenvolvimento do Partido, o necessário aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho e o reforço da sua capacidade de acção exigem, cada dia com maior presença, a distribuição das funções actualmente a cargo do Secretário Executivo por vários elementos que, encabeçados pelo Secretário-Geral, constituirão o aparelho de execução permanente das decisões dos órgãos supra-nacionais e o seu indispensável auxiliar.

Uma tal solução, alén de responder às necessidades actuais já assinaladas, significará, no plano organizacional, um passo mais a afirmar o carácter unitário do Partido.

É certo que subsistem ainda as dificuldades que, no ano passado, impediram a adopção da solução ora proposta. No entanto, as razões atrás apontadas parecem recomendar, como dissemos, a continuação do exame desta importante questão.

No plano supra-nacional, criou o CSL a Comissão de Defesa e Segurança e a Comissão de Controlo. Não tendo sido ainda designados os

respectivos membros pelo CSL, caber-nos-á, nesta reunião, apreciar as propostas que, sobre o assunto, nos serão submetidas em nome do CEL.

## II

Vai o CSL ouvir vários relatórios sobre o desenvolvimento e a actividade dos organismos de massas.

É, sem dúvida, encorajador verificar que, neste plano, conseguimos avanços importantes no decurso do último ano.

Cumprindo as orientações traçadas pelo III Congresso, as organizações de massas procuraram desenvolver as suas estruturas, tendo algumas delas realizado já Conferências Nacionais, de que saíram direcções eleitas e melhor preparadas para levar a cabo os respectivos programas de acção. Nos próximos meses, todas as organizações de massas terão reunido as respectivas Conferências Nacionais.

Convém realçar que estas Conferências Nacionais se têm revelado de grande utilidade, não só na análise dos problemas da vida interna, mas também na busca de soluções para questões ligadas aos objectivos específicos a que se propõem as referidas organizações. A realização destas conferências configura-se, portanto, como uma etapa essencial da criação das organizações unitárias de massas postuladas pelo III Congresso.

Com o fim que acabámos de assinalar, o CEL decidiu, em Novembro último, a constituição de comités supra-nacionais de coordenação, para a Juventude e as Mulheres, com a missão não só de coordenar as actividades dos ramos nacionais das referidas organizações e de fazer a sua representação no plano internacional, mas também de promover as acções necessárias à preparação dos 1.ºs Congressos da Juventude e das Mulheres.

Nunca é demais realçar o valor das organizações de massas, tanto pelo que significam como força de mobilização para o Partido, como pela eficácia que podem ter na resolução de problemas sociais.

No processo de desenvolvimento da nossa democracia nacional revolucionária, é de extrema importância que consolidemos os resultados

Já obtidos no plano das organizações de massas e que estimulemos a formação de outras organizações sociais e de participação popular, o que, nas nossas condições, pode atrair para as tarefas da reconstrução nacional, a contribuição de largos sectores da sociedade.

Por tudo isto, devemos uma vez mais insistir na necessidade abeg luta de as referidas organizações encontrarem o melhor apoio da parte dos organismos partidários e estatais, sendo de condenar atitudes que ignorem a sua existência ou entrem a sua marcha.

### III

Julgamos merecer uma referência especial a questão dos estudantes dos nossos países que se encontram no estrangeiro.

Tendo o CSL abordado, em outras ocasiões, este problema, foram dadas directivas no sentido da criação de estruturas de enquadramento dos estudantes no estrangeiro, para se substituírem às antigas SEP. De acordo com essas orientações, estão já em funcionamento, onde as condições locais o permitiram, organizações que têm por objectivo manter a coesão no seio da massa estudantil e a ligação com os nossos países. Segundo o respectivo regulamento, as diversas assembleias de estudantes mantêm contactos com o Gabinete do Secretário Executivo do CEL e o Secretariado do Conselho Nacional de Cabo Verde, assim como com os departamentos estatais da Educação.

A experiência recolhida da nossa actividade em direcção aos estudantes, levou o CEL, reunido em Novembro último, a concluir pela necessidade de se dar uma maior atenção à massa estudantil, recomendando, nomeadamente, que a organização juvenil e o Partido sejam mais activos junto dos estudantes, não só quando já no exterior, mas também logo na fase dos estudos secundários, no país. Só desta forma poderemos salvaguardar a indispensável ligação dos estudantes com as realidades das nossas terras, mantendo e desenvolvendo neles a consciência patriótica que é condição necessária à sua disponibilidade para os sacrifícios exigidos a todos nós, nesta etapa ainda difícil da Reconstrução Nacional.

## IV

Com base em princípios que orientaram a nossa actividade no plá no internacional desde o período da luta armada de libertação, o PAIGC tem vindo a dirigir as suas relações exteriores no sentido do desenvolvimento da solidariedade com os partidos com que mantemos tradicionalmente ligações, procurando ao mesmo tempo contacto com outras organizações de que nos aproximam interesses comuns.

Neste âmbito importa realçar, antes de mais, as viagens efectuadas, nos últimos meses, a Angola, Moçambique e S. Tomé, pelos Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto do Partido, as quais foram ocasiões para discussões, ao mais alto nível, dos problemas que se põem no estreitamento das nossas relações com os partidos irmãos - o MPLA-PT, a FRELIMO e o MLSTP -, tudo isso no interesse de uma ainda maior aproximação e da busca de soluções conjuntas para questões que se colocam aos nossos países, vinculados por laços especiais de um passado de luta comum.

Delegações da Direcção do Partido foram também enviadas a vários países, para conversações e trocas de experiências com partidos com que mantemos relações antigas de amizade e solidariedade. Assim, tivemos contactos directos e a alto nível com o Partido Comunista da União Soviética, o Partido Operário Socialista Húngaro, o Partido Comunista Romano, a Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia, o Partido Comunista de Cuba e o Partido Comunista do Vietname. Em todas essas ocasiões, foram abordadas não só questões das relações partidárias, mas também aspectos da cooperação entre os nossos estados e aqueles países.

Consideramos que as conversações foram úteis e que dos contactos assim estabelecidos resultará o reforço dos laços antigos que nos unem aos partidos visitados, bem como a consolidação das nossas relações de cooperação ao nível estatal.

Registe-se também a presença de delegações da Direcção do nosso Partido em Congressos do Partido Social-Democrata Sueco, do Partido Trabalhista Britânico e do Partido Democrático da Guiné. Tivemos ainda um observador no Congresso da Internacional Socialista.

Pela nossa parte, acolhemos duas delegações de alto nível: do Partido Comunista Espanhol e do Partido Social-Democrata Sueco, estas do previstas, para o corrente ano, a vinda aos nossos países de outras delegações.

É oportuno sublinhar a grande atenção que devem merecer-nos as actividades no plano internacional, tanto para o desenvolvimento da própria vida partidária interna, como para o reforço das nossas relações de estado. A isso acrece a circunstância especial de o prestígio internacional do Partido exigir de nós uma diplomacia activa e capaz de, em cada momento, exprimir correctamente a nossa posição face aos problemas mundiais.

#### V

Queremos, antes de encerrar esta introdução às nossas discussões, tecer breves considerações sobre alguns aspectos da vida partidária que nos parecem ser da maior importância.

Uma questão que vem preocupando a Direcção do Partido é a do a perfeccionamento dos nossos métodos de trabalho.

Para atingirmos essa finalidade, um objectivo que deveremos fixar-nos imediatamente é o de organizarmos o nosso trabalho de acordo com programas previamente estabelecidos. Da base ao topo, cada órgão deve estabelecer planos por períodos de actividades (anual, semestral, trimestral ou mensal), fixando-se as tarefas que caberá a cada órgão, organismo, responsável ou militante.

É evidente que a adopção de um tal método de trabalho implica uma acção de controlo de execução das tarefas a exercer-se não só em relação aos membros do próprio órgão que controla, mas também em relação aos órgãos que lhe são subordinados.

Este método de trabalho mais não é, afinal, do que uma forma de aplicação do princípio do centralismo democrático, o qual exige que cada membro ou estrutura do Partido preste contas do cumprimento das tarefas que lhe são confiadas.

A acção de controlo deve também exercer-se através do acompanhamento constante, pelos órgãos superiores, das actividades de cada estrutura e, até mesmo, de cada quadro ou militante. Só assim será possível evitarem-se erros individuais ou colectivos muitas vezes facilitados pelo isolamento ou, até mesmo, problemas de carácter pessoal. Só assim também será possível aos organismos com funções dirigentes não só detectar e prevenir a tempo as falhas, como obter o conhecimento dos militantes, indispensável à correcta definição de uma política de quadros.

Intimamente ligada à questão que esboçámos, encontra-se o problema importantíssimo da observância rigorosa das normas estatuidas e das decisões tomadas a todos os níveis.

Deve-se, por exemplo, evitar o erro frequentemente verificado da quase substituição dos órgãos, no exercício da sua competência, por pessoas que deles fazem parte - em geral os seus principais responsáveis - em violação do princípio da direcção colectiva.

Condicionando o melhoramento da nossa actividade está não só a questão dos quadros - de que já tivemos ocasião de tratar -, mas também o problema da existência de condições materiais de trabalho favoráveis. De resto, da função reconhecida ao Partido de força dirigente da sociedade decorre a absoluta necessidade de darmos atenção a certos aspectos que, parecendo menores e exteriores, não podem deixar de afectar, quando tratados inconsideradamente, o próprio prestígio do Partido.

Um dos referidos aspectos é a necessidade de garantirmos às estruturas do Partido, nomeadamente nas regiões e sectores, instalações competíveis com a dignidade da função que compete aos órgãos partidários a esses níveis.

Como reflexo directo não só na afirmação do prestígio do Partido, mas na própria capacidade de trabalho dos referidos órgãos, é a questão da existência de meios de transporte que permitam aos responsáveis o controlo permanente das respectivas áreas de acção.

## VI

Os problemas que acabámos de tratar sumariamente têm, como é

óbvio, uma ligação íntima com a questão extremamente importante do exercício efectivo, pelos diversos escalões, da função dirigente da sociedade que é reconhecido ao Partido pelas nossas leis fundamentais.

Forçoso é admitir que, se a nível da Direcção superior, essa função é normalmente exercida, ainda não conseguimos, nos escalões intermédios e na base, que o Partido assum<sup>a</sup> inteira responsabilidade que lhe cabe como força dirigente da nossa sociedade. E se é verdade que, por vezes, os órgãos intermédios e de base do Partido não estão em condições de cumprir cabalmente a sua função de orientação e controlo, não é menos certo de que, muitas das vezes, são também disso impedidos por resistências criadas pela incompreensão de que dão nostras alguns responsáveis administrativos do papel que cabe às organizações partidárias.

Exemplifiquemos: não pode pretender-se que um Grupo do Partido de um local de trabalho mantenha os trabalhadores mobilizados para a produção, que exerça um controlo da utilização dos meios, que estimule o aumento da produtividade, etc., se não for associado à vida desse local de trabalho de molde a estar da posse dos dados e informações que lhe permitam conhecer concretamente a situação existente e as metas e objectivos a atingir. Da mesma forma, um comité regional não estará em condições de cumprir as suas funções dirigentes se não estiver bem informado da situação prevalente na respectiva região, dos projectos de cada organismo regional do Estado, etc.

Não estamos, afinal, do que a chamar a atenção para a necessidade do cumprimento de disposições da Lei e de directivas concretas sobre a matéria, emanadas do nosso III Congresso. De resto, em situações como a nossa, o simples bom senso recomenda a máxima conjugação e coordenação dos esforços, repudiando-se qualquer tendência para cada um fechar-se sobre si próprio, como se bastasse a resolução dos problemas do seu departamento para a solução dos da região ou do país.

Queríamos, a finalizar esta breve introdução aos nossos trabalhos, abordar brevemente a importante questão da construção da Unidade Guiné/Cabo Verde.

O CSL vai, de resto, ouvir um relatório sobre os resultados da II Conferência Inter-Governamental, realizada no mês passado em Lisboa, reunião essa que foi um passo mais na criação das condições para a materialização da unidade.

A experiência que vivemos nos últimos anos ensina-nos, porém, que a nossa marcha para a unidade será mais rápida e o objectivo final mais depressa alcançado, se for programada no tempo, com metas determinadas e atingidas em cada etapa.

Trata-se aqui de uma tarefa que, no quadro das estruturas existentes, poderia ser confiada ao Conselho de Unidade, cuja primeira reunião terá lugar em Maio próximo.

Comrades:

Ao iniciar os trabalhos de mais uma reunião do Conselho Superior da Luta, faço-o com a convicção plena de que vamos dar alguns passos mais no sentido da realização dos objectivos do nosso Programa e com o sentimento de que, dos actuais trabalhos do CSL, o PAIGC vai sair mais forte, melhor estruturado e mais preparado para cumprir a nobre missão que recebeu dos nossos povos. Vamos também sair daqui mais unidos e mais decididos a aceitar todos os sacrifícios que forem necessários para levantarmos ainda mais alto o prestígio do PAIGC, ao serviço do nosso povo.

S. Vicente, 3 de Março de 1979.